
POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL (2018 E 2022)

Aline Adriana Oliveira¹

Murilo Brum Alison²

Letícia Zanatta Bonaccorsi³

Resumo

Tendo em mente os dilemas da permanência estudantil nas universidades, o objetivo deste trabalho é rastrear como o subsídio aos estudantes tomou forma nos últimos 4 anos. Para tal, fizemos um levantamento das políticas de permanência em Universidades Federais e Institutos Federais das regiões Nordeste e Sul. Nossa análise é construída comparando o último ano do Governo de Michel Temer (2018) e o último ano do Governo de Jair Messias Bolsonaro (2022). Para a organização dos dados, realizamos um levantamento documental com os editais das Instituições de Ensino Superior e também recorremos à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Este levantamento gerou um compilado de informações quanto à existência ou não de subsídios nas instituições em cada um dos anos mencionados na pesquisa. Partindo de um quadro de políticas públicas baseado na análise das ações mais comumente encontradas na literatura, obteve-se como parâmetro oito diferentes categorias de políticas de permanência: (1) Auxílio Moradia, (2) Auxílio Refeição, (3) Auxílio Permanência, (4) Auxílio Transporte, (5) Auxílio Creche, (6) Auxílio Material de Ensino, (7) Auxílio Saúde, (8) Restaurante Universitário. A partir disso, foi proposto um índice de aplicação de políticas de permanência aos estudantes, variando de 0,0 a 1,0. Com isso, foi constituído um comparativo intra-institucional em termos longitudinais, comparando os programas existentes em 2018 e 2022. Foi realizada, também, a comparação inter-institucional em termos das diferentes regiões do país - Sul e Nordeste. A pesquisa levanta dados para a análise e estudos sobre políticas afirmativas no Brasil e sobre as realidades dos estudantes universitários brasileiros.

Palavras-chave: Políticas de permanência; Permanência estudantil; IES; Nordeste; Sul.

1. INTRODUÇÃO

Como um estudante de graduação que necessita de políticas de permanência se mantém na universidade em cada região do país? Tal questionamento foi a base para o desenvolvimento desta pesquisa, cuja ideia surgiu em 2017, no contexto do Programa de Educação Tutorial (PET) de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, e-mail: aline.adriana.oliveira@gmail.com, ORCID: orcid.org/0000-0001-6927-3865.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, e-mail: murilo43@hotmail.com, ORCID: orcid.org/0000-0001-9224-1407.

³ Graduada em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela Universidade Federal do Paraná, e-mail: leticia.bonaccorsi@gmail.com, ORCID: orcid.org/0000-0002-5561-0362.

Ciências Sociais da UFPR. O objetivo era a criação de um Observatório de Políticas Públicas e Sociais (OPPS) para mapear as políticas públicas destinadas à permanência estudantil no Ensino Superior do país. O projeto iniciou pelo mapeamento de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras, partindo da realidade dos autores, na região Sul⁴. Em seguida, houve um empenho para mapear as instituições da região Nordeste, fazendo uma comparação entre as políticas das duas regiões, a região Sul por ser o berço do projeto e a região Nordeste pela elevação do número de matrículas desde 2003⁵, além das diferenças socioeconômicas, políticas, sociais e culturais entre as regiões.

É neste contexto que surge este trabalho atual, como uma continuação do trabalho começado em 2018 e para mapear as políticas vigentes em distintos anos e governos. Tendo como variável a política macroeconômica sobre a destinação de verbas à Educação e Ciência no país, nosso objetivo foi entender como as Instituições de Ensino Superior no Nordeste e Sul do Brasil atenderam seus alunos em dois momentos diferentes da realidade política e econômica brasileira, no fim do governo Temer (2018) e no fim do mandato de Bolsonaro (2022).

A pergunta que orienta nossa análise é a seguinte: quais são as particularidades das instituições de ensino superior públicas do Nordeste e Sul do Brasil no que se refere a existência de políticas de permanência estudantil? Para a elaboração do artigo, utiliza-se do método quantitativo, mais precisamente da análise descritiva da frequência absoluta sobre a existência de medidas de assistência estudantil nas instituições e da elaboração de um índice com as médias da presença de políticas nas universidades e institutos investigados.

O trabalho se inicia com o destaque para as medidas desenvolvidas nas últimas décadas para a expansão das vagas em universidades e institutos brasileiros, acompanhadas da discussão sobre parte da literatura da área. Em seguida, são apresentadas as características metodológicas do artigo, evidenciando os procedimentos de delimitação, coleta e análise do material. Na próxima seção, destacamos os achados da pesquisa. Discutimos as principais descobertas da investigação e, por fim, concluímos o trabalho com as considerações finais.

2. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O PAPEL DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

⁴ [PET-de-Ciencias-Sociais-manual-de-utilizacao.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/351111111)

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 –2014. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 02 de jan. 2019

As políticas de permanência nas universidades brasileiras começaram a ser melhor delineadas a partir da expansão do ensino superior no país (CAÔN; FRIZZO, 2010). Até meados dos anos 2000, tais instituições de ensino eram marcadas por um perfil elitista (RISTOFF, 2014). Devido ao aumento da demanda por vagas, tornou-se necessário haver uma democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), buscando incluir segmentos mais populares da sociedade. Esse processo abriu uma lacuna no que diz respeito às condições objetivas destes universitários em manter seus estudos. Era necessário o desenvolvimento de ferramentas que assegurassem a permanência e formação destes indivíduos (RISTOFF, 2014), destinando recursos e fornecendo mecanismos que favoreçam a conclusão do ensino superior (COSTA, 2010). Essas políticas deviam focar não apenas nos aspectos econômicos dos discentes, mas também questões de ordem pedagógica e psicológica, tendo em vista a mudança de *habitus* dos recém-ingressos (GISI, 2004).

Diante deste cenário de expansão do acesso ao ensino superior, o Congresso Nacional aprovou, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), elencando como metas, dentre outras: promover, até 2010, o acesso de 30% dos jovens de 18 a 24 anos à universidade, além de estabelecer uma política de expansão da oferta e ampliação de cursos noturnos. Tendo em vista tais medidas, fez-se necessária a criação de mecanismos que promovessem a ampliação da oferta de vagas e do número de IES credenciadas como, por exemplo, o PROUNI (Programa Universidades Para Todos) e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Universidades Federais), que colaboraram para a ampliação da oferta de cursos em instituições públicas e privadas. Outro importante fator nesse contexto é a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que tornou obrigatório às instituições de ensino reservarem parte das vagas abertas em vestibulares para estudantes de baixa renda, que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas e/ou discentes que se auto declarem pretos, pardos ou indígenas.

Segundo o Ministério da Educação, entre 2003 e 2014, houve a implantação de políticas que visam a democratização do acesso e permanência nas IES brasileiras, sendo elencadas, para tanto, a interiorização, a expansão da oferta de vagas e o aumento da qualidade do ensino. Considerando esse processo, em 2001 foi elaborada, pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a proposta do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior. Tendo em vista o processo de expansão do acesso às universidades, o plano em questão estabelecia como áreas estratégicas para o ensino superior: (1) apoio social aos estudantes, que compreendia moradia, alimentação, saúde, transporte, creche; e (2) desempenho acadêmico, mediante bolsas, estágios, ensino de línguas entre outras

medidas. Ademais, no mesmo ano da criação do REUNI, o Ministério da Educação (MEC), através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – (SILVEIRA, 2012), mediante a pressão do FONAPRACE e também da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes).

Visto tal contexto de ampliação e democratização do ensino superior no Brasil, bem como a consequente formulação de políticas que possibilitem e mantenham tal processo, realizamos aqui o levantamento da ocorrência de medidas essencialmente voltadas à promoção da permanência em universidades brasileiras no Nordeste e Sul do país, inspirados pela proposta de Mayorga (2012), que traz um panorama das políticas de permanência nas Universidades Federais no Brasil no ano de 2009, elencando como categorias as políticas voltadas a (1) alimentação, (2) moradia e (3) auxílio financeiro condicionado ou não a trabalho, dentre outros benefícios.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A análise se concentra unicamente nas instituições de âmbito federal das regiões Nordeste e Sul. A escolha destes órgãos de ensino se deu pelo seu caráter público e pela função constitucional do Estado em oferecer educação em todos os níveis com qualidade, bem como a garantia de permanência para os discentes, bem como pelo protagonismo das IES públicas federais brasileiras em desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão. As instituições elencadas foram:

QUADRO 1 – Universidades Federais e Institutos Federais elencados

| Nordeste (19 universidades e 11 Institutos Federais) ⁶ | | | |
|---|----------------------|----------------------------------|-------|
| INSTITUIÇÃO | SIGLA | INSTITUIÇÃO | SIGLA |
| Univ. Fed. do Maranhão | UFMA | Univ. Fed. da Bahia | UFBA |
| Univ. Fed. do Piauí | UFPI | Univ. Fed. do Sul da Bahia | UFSB |
| Univ. Fed. do Vale do São Francisco | UNIVASF ⁷ | Univ. Fed. do Oeste da Bahia | UFOB |
| Univ. Fed. do Delta do Parnaíba | UFDPPar | Univ. Fed. do Recôncavo da Bahia | UFRB |
| Univ. Fed. do Ceará | UFC | Inst. Fed. do Maranhão | IFMA |
| Univ. Fed. do Cariri | UFCA | Inst. Fed. do Piauí | IFPI |
| Univ. da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira | UNILAB | Inst. Fed. do Ceará | IFCE |

⁶ Assim como a UFDPPar e a UFRPE, a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (AFAPE) foi criada no ano de 2018. Todavia, em decorrência de dificuldades para acessar dados da nova instituição, ela foi retirada do *corpus* analisado.

⁷ A UNIVASF, UNILAB e UFFS são instituições pluriestaduais. A primeira localiza-se nos estados do Piauí, Pernambuco e Bahia. A Segunda possui sedes no Ceará e na Bahia. Por fim, a UFFS se localiza na fronteira dos três estados do Sul do país (PR, SC e RGS).

| | | | |
|---|--------------|---|--------------|
| Univ. Fed. Rural do Semi-Árido | UFERSA | Inst. Fed. do Rio Grande do Norte | IFRN |
| Univ. Fed. do Rio Grande do Norte | UFRN | Inst. Fed. da Paraíba | IFPB |
| Univ. Fed. da Paraíba | UFPB | Instituto Federal de Pernambuco | IFPE |
| Univ. Fed. de Campina Grande | UFCG | Inst. Fed. do Sertão Pernambucano | IF-Sertão |
| Univ. Fed. de Pernambuco | UFPE | Inst. Fed. de Alagoas | IFAL |
| Univ. Fed. Rural de Pernambuco | UFRPE | Inst. Fed. do Sergipe | IFS |
| Univ. Fed. do Alagoas | UFAL | Inst. Fed. da Bahia | IFBA |
| Univ. Fed. do Sergipe | UFS | Inst. Fed. Baiano | IF Baiano |
| Sul (11 universidades e 3 Institutos Federais) | | | |
| INSTITUIÇÃO | SIGLA | INSTITUIÇÃO | SIGLA |
| Univ. Fed. do Paraná | UFPR | Univ. Fed. de Pelotas | UFPeI |
| Univ. Tecnológica Fed. do Paraná | UTFPR | Fundação Univ. Fed. do Rio Grande | FURG |
| Univ. Fed. da Integração Latino-Americana | UNILA | Univ. Fed. de Santa Maria | UFSM |
| Univ. Fed. de Santa Catarina | UFSC | Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre | UFCSPA |
| Univ. Fed. da Fronteira Sul | UFFS | Inst. Fed. do Paraná | IFPR |
| Univ. Fed. do Rio Grande do Sul | UFRGS | Inst. Fed. de Santa Catarina | IFSC |
| Univ. Fed. do Pampa | UNIPAMP A | Inst. Fed. do Rio Grande do Sul | IFRS |

Fonte: Elaboração própria.

A coleta das informações foi realizada através da consulta às plataformas digitais das instituições, entre o final de 2017 e início de 2018 (região Sul) e fim de 2018 (Nordeste) e então no início de 2022 foi feito o novo levantamento de ambas as regiões simultaneamente. Em busca de dados sobre as políticas existentes, foram avaliadas as plataformas institucionais de cada órgão, assim como *sites* de pró-reitorias, secretarias, editais dos programas e demais *sítios online* das repartições públicas ligadas às IES. Destacamos a falta de informações e dificuldade de acesso às listas de políticas de permanência disponíveis nas IES consultadas. Como os portais traziam, por vezes, informação insuficiente e/ou confusa, optamos também por recorrer à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) para obter as informações necessárias.

Usando como base o trabalho de Mayorga (2012), definiu-se as medidas que interessavam a pesquisa e que estivessem diretamente associadas as condições básicas para permanência estudantil. Sendo estas: (1) Auxílio Moradia, (2) Auxílio Refeição, (3) Auxílio Permanência, (4) Auxílio Transporte, (5) Auxílio Creche, (6) Auxílio Material de Ensino, (7) Auxílio Saúde e (8) existência de Restaurante Universitário. As descrições de cada uma das políticas seguem logo abaixo.

QUADRO 2 – Descrição das políticas investigadas

| |
|--|
| Auxílio Moradia |
| Toda e qualquer política que vise proporcionar melhores condições de moradia aos universitários. Nesse caso, podemos usar como exemplo: (1) a disponibilidade de vagas em Casas de Estudantes, espaços destinados a abrigar discentes que, geralmente, não possuem residência na cidade na qual pretendem estudar; e (2) a oferta de bolsas que contribuam com as despesas dos graduandos relacionadas ao pagamento de aluguéis e afins. |
| Auxílio Refeição |
| Apesar de algumas instituições oferecerem refeições a preços bem abaixo da média, nem todas possuem restaurantes universitários ou, mesmo possuindo, oferecem bolsas que garantem a isenção de qualquer tipo de pagamento a estudantes que declarem e comprovem fragilidade socioeconômica. Sendo assim, consideramos aqui a existência de auxílios além dos Restaurantes Universitários. |
| Auxílio Permanência |
| Auxílio financeiro destinado a subsidiar gastos associados a formação acadêmica dos estudantes como, por exemplo, a compra de equipamentos para aulas práticas, livros e a impressão de fotocópias. |
| Auxílio Transporte |
| Definimos esse auxílio como qualquer política vigente nas instituições que vise facilitar a locomoção dos estudantes como, por exemplo, a disponibilização de linhas de ônibus próprias das universidades para o traslado entre os campi ou colaborações financeiras para os gastos com passagens do transporte público. |
| Auxílio Creche |
| Programas de todo tipo que ofereçam condições favoráveis para que discentes com crianças de até 06 anos de idade possam dar continuidade aos seus estudos e, ao mesmo tempo, garantir a segurança e a educação de seus filhos através de creches pagas com auxílios da universidade ou de lugares específicos destinados ao cuidado das crianças disponibilizados pelas próprias instituições. |
| Auxílio Material de Ensino |
| Oferta direta de material de ensino de alto custo para aulas práticas como notebooks e outros equipamentos eletrônicos. |
| Auxílio Saúde |
| Nesse caso, consideramos todos os programas oferecidos pelas instituições que contribuam com a saúde física ou mental dos estudantes como atendimento odontológico, pedagógico e psicológico. |
| Restaurante Universitário |
| Trata-se da existência ou não de Restaurantes Universitários nas instituições analisadas. |

Fonte: Elaboração própria.

Os dados foram avaliados quantitativamente a partir da análise descritiva do percentual de cada política nas regiões exploradas e por meio de índices com as médias das presenças em cada instituição, bem como comparativamente por região geográfica (Nordeste e Sul) e ano (2018-2022).

4. RESULTADOS

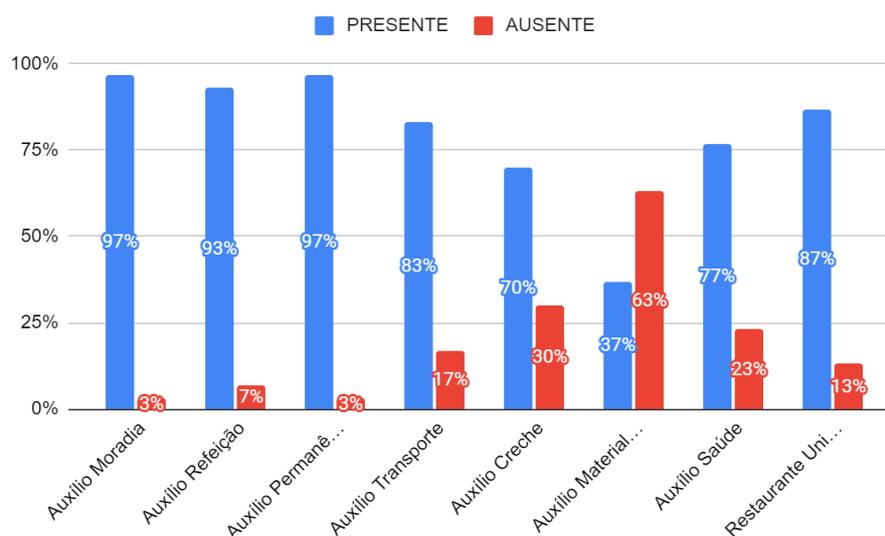
A seção empírica começa com a apresentação dos dados referentes às universidades e institutos de cada uma das regiões, apresentando, depois, a comparação das políticas existentes em 2018 e 2022 na região. Após, são apresentadas as comparações entre região Nordeste e Sul.

4.1 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste

4.1.1 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste em 2018

Ao avaliarmos os resultados do ano de 2018 (Gráfico 1), percebemos que todas as instituições investigadas possuíam algum tipo de programa dedicado, especificamente, aos critérios de permanência aqui estabelecidos. Não obstante, no que se refere ao Auxílio Moradia e a existência de Restaurantes Universitários, os dados demonstram que em 95% dos casos ocorreu a presença destas medidas. Em seguida, destacam-se os auxílios Refeição (90%), Transporte (90%) e Creche, em 86% dos órgãos de ensino. Por fim, com menores presenças, estão o Auxílio Saúde (76%) e o Auxílio Material de Ensino (33%).

GRÁFICO 1 – Percentual agregado de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Nordeste (2018)



Fonte: Elaboração própria.

O levantamento do quantitativo de programas de permanência presentes nas Universidades Federais e Institutos Federais do Nordeste em 2018 revela que a política mais frequente foi Auxílio Permanência, empatado com Auxílio Moradia. Na outra ponta, aquelas menos oferecidas pelas instituições foram o Auxílio Material de Ensino, Auxílio Creche e Auxílio Saúde. Parece haver uma preocupação de destinação de verba para instalação dos estudantes e necessidades básicas, porém uma preocupação menor com as estudantes mães e com a saúde dos estudantes, por exemplo.

Quando a investigação se concentra em cada uma das instituições dos estados, os resultados proporcionam análises mais aprofundadas. A Tab. 1 destaca a presença (1) e a ausência (0) de cada uma das políticas em cada IFES.

No caso do Maranhão, a Universidade Federal do estado se destacou por oferecer todas as medidas pesquisadas. Enquanto isso, as universidades do Piauí apresentaram altos índices, deixando de oferecer apenas algumas políticas, a exemplo do Auxílio Saúde no caso da UFPI, do Auxílio Material de Ensino e Saúde no caso da UNIVASF-PI e a UFPPar, que se destacou negativamente no que se refere ao Auxílio Transporte e ao Auxílio Material de Ensino. No que se trata do estado do Ceará, nota-se que a UFC não oferecia medidas voltadas ao Auxílio Refeição dos discentes (porém possui RU) e ao Auxílio Material de Ensino. A UFCA apenas não disponibilizava o Auxílio Material de Ensino, do mesmo modo que a UNILAB.

No caso do Rio Grande do Norte, ambas as instituições (UFRN e UFERSA) se destacaram positivamente por oferecerem todas as medidas em análise. Por sua vez, as Universidades Federais paraibanas não ofereciam Auxílio Material de Ensino e, no caso da UFCG, o Auxílio Refeição se mostra inexistente. Duas das três universidades pernambucanas também não ofereciam Auxílio Material de Ensino, sendo estas a UFPE e a UFRPE. Além disso, a UFPE também não disponibilizava o Auxílio Creche. Ainda em Pernambuco, a UNIVASF-PE apenas não oferecia o Auxílio Saúde.

A Universidade Federal do Alagoas ficou em evidência por ser uma das duas instituições com menores índices, não possuindo Auxílio Transporte, Auxílio Creche e Auxílio Material de Ensino. Tratando-se de Sergipe, e indo na contramão de Alagoas, a UFS oferece todas as políticas investigadas. Por fim, a Bahia, com o maior número de universidades, possuía, no geral, altos índices. A UFBA disponibilizava todos os programas avaliados. A UFSB não possuía Auxílio Material de Ensino, bem como a UFRB e a UNIVASF-BA, que também não ofereciam Auxílio Saúde. Finalmente, a UFOB, assim como a UFAL, possuía um baixo índice, não oferecendo Auxílio Moradia, Creche e Auxílio Material de Ensino.

Abordando agora os Institutos Federais do Nordeste, percebemos que, no geral, os valores são um pouco menores que as universidades no que se refere aos dados agregados. Inicialmente, os auxílios Moradia e Refeição estão presentes em todas as instituições. Além disso, nota-se uma significativa presença de Auxílios Permanência, em 91% dos casos. Não obstante, o Auxílio Transporte, o Auxílio Material de Ensino e os Restaurantes Universitários aparecem em 72% dos órgãos de ensino. O destaque negativo vai para os Auxílios Saúde e Creche, presentes em apenas 63% e 45% dos casos, respectivamente.

TABELA 1 – Índice de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Nordeste (2018)

| Estado (sigla) | Universidade | AM | AR | AP | AT | AC | AME | AS | RU | Índice |
|----------------|--------------|----|----|----|----|----|-----|----|----|--------|
| MA | UFMA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | IFMA | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0,75 |
| PI | UFPI | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0,88 |
| | UFPDPar | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | IFPI | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,75 |
| CE | UFC | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | UFCA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFCE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0,88 |
| CE, BA | UNILAB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| RN | UFERSA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UFRN | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | IFRN | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0,50 |
| PB | UFPB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | UFCG | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | IFPB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| PE | UFPE | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | UFRPE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFPE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IF-Sertão | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0,88 |
| BA, PE, PI | UNIVASF | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,75 |
| AL | UFAL | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,62 |
| | IFAL | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0,62 |
| SE | UFS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | IFS | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,37 |
| BA | UFBA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UFSB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0,88 |
| | UFOB | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,62 |
| | UFRB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,75 |
| | IFBA | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IF Baiano | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |

Fonte: Elaboração própria.

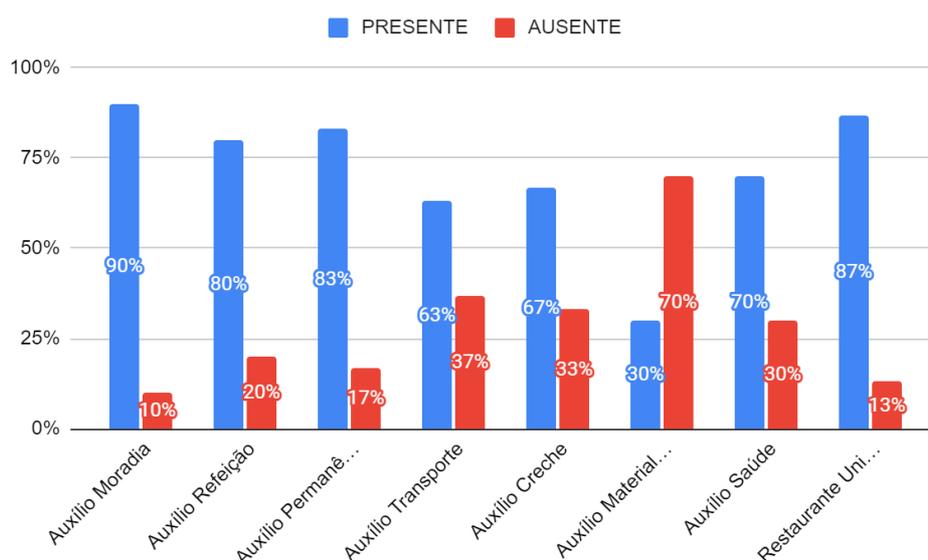
Legenda: AM - Auxílio Moradia; AR - Auxílio Refeição; AP - Auxílio Permanência; AT - Auxílio Transporte; AC - Auxílio Creche; AME - Auxílio Material de Ensino; AS - Auxílio Saúde; RU - Restaurante Universitário.

4.1.2 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste em 2022

O Gráfico 2 apresenta o percentual acumulado das políticas vigentes na região Nordeste em 2022. Podemos perceber que o percentual de ausências começa a se destacar, com muitos deles

passando dos 30%, como é o caso do Auxílio Creche (33%), Auxílio Transporte (37%) e o Auxílio Saúde (30%). O maior destaque é o de Auxílio Material de Ensino, que alcançou 70% de ausência.

GRÁFICO 2 – Percentual agregado de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Nordeste (2022)



Fonte: Elaboração própria.

O índice de políticas vigentes em cada instituição nordestina, em 2022, está presente na Tabela 2.

O estado do Maranhão se destaca por ter quase todas as políticas estudadas em vigência, sendo a única exceção o Auxílio Material de Ensino, que está ausente nas duas instituições, UFMA e IFMA. No Rio Grande do Norte, as Universidades Federais alcançaram o índice perfeito (1,00), contudo o Instituto Federal possui ausência de duas políticas, Auxílio Creche e Material de Ensino, ficando com um índice de 0,75. As Instituições de Pernambuco também possuem um índice relativamente alto, com a IF-Sertão atingindo o índice perfeito (1,00) e a UFPE e UFRPE chegando em 0,88 (única ausência é o Auxílio Material). O destaque negativo de Pernambuco é do Instituto Federal de Pernambuco, que ficou com um índice de 0,63. O estado da Bahia é o que mais possui instituições federais e isso acompanha as maiores discrepâncias entre as vigências de políticas. A UFSB, a UFRB e o IF Baiano são as instituições que apresentaram o maior índice entre as baianas, alcançando 0,75. Em seguida, o IFBA teve um índice de 0,63, assim como a UFBA. A UFOB foi a que teve o segundo menor índice do Nordeste, atingindo apenas 0,38. O menor índice é da UFCG (0,25), Universidade da Paraíba. Neste estado, o maior índice é do IFPB, com 0,88, acompanhado da UFPB, com 0,63. Em

Sergipe, a UFS teve ausência apenas no Auxílio Material de Ensino, ficando com um índice de 0,88, e o IFS apresentou apenas metade das políticas, com índice de 0,50. Alagoas teve resultado semelhante, com o IFAL tendo um índice de 0,50 e a UFAL um de 0,75. As universidades presentes em mais de um estado, como a UNILAB e a UNIVASF, atingiram o índice de 0,75.

TABELA 2 – Índice de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Nordeste (2022)

| Estado (sigla) | Universidade | AM | AR | AP | AT | AC | AME | AS | RU | Índice |
|----------------|--------------|----|----|----|----|----|-----|----|----|--------|
| MA | UFMA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFMA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| PI | UFPI | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | UFDPPar | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,50 |
| | IFPI | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,50 |
| CE | UFC | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,63 |
| | UFCA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFCE | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0,50 |
| CE, BA | UNILAB | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| RN | UFERSA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UFRN | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | IFRN | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| PB | UFPB | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,63 |
| | UFCG | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,25 |
| | IFPB | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,88 |
| PE | UFPE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | UFRPE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFPE | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,63 |
| | IF-Sertão | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| BA, PE, PI | UNIVASF | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,75 |
| AL | UFAL | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | IFAL | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,50 |
| SE | UFS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFS | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0,50 |
| BA | UFBA | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,63 |
| | UFSB | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,75 |
| | UFOB | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0,38 |
| | UFRB | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | IFBA | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0,63 |
| | IF Baiano | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0,75 |

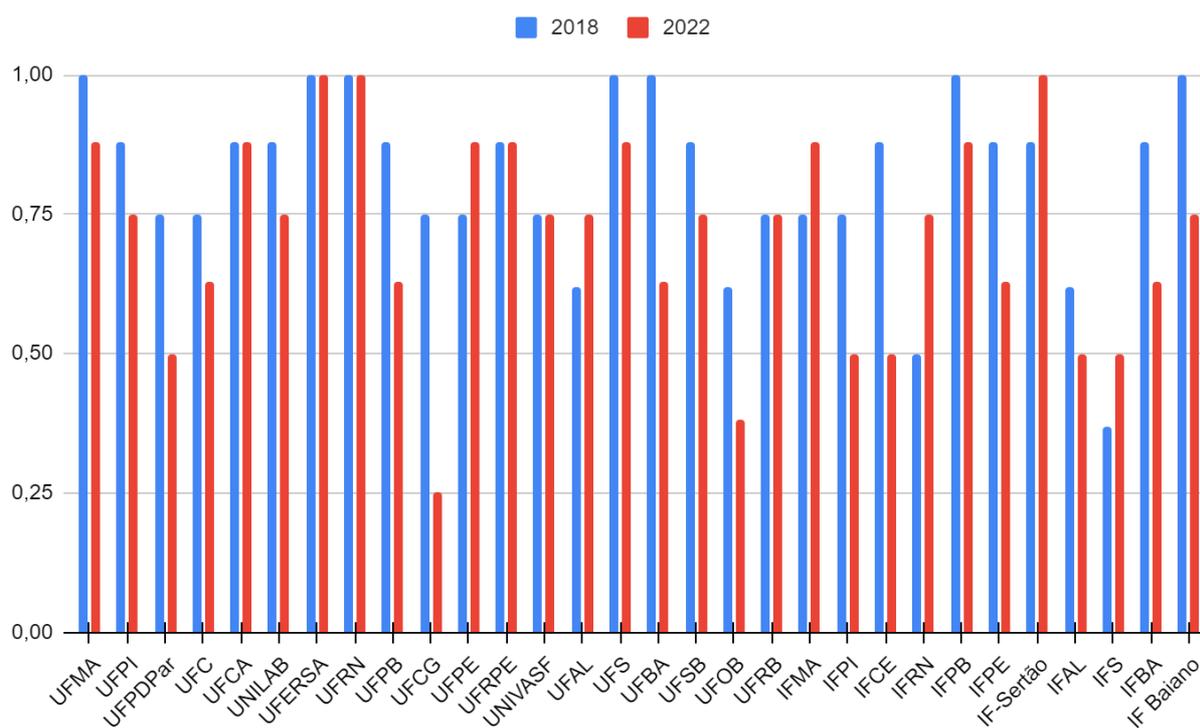
Fonte: Elaboração própria.

Legenda: AM - Auxílio Moradia; AR - Auxílio Refeição; AP - Auxílio Permanência; AT - Auxílio Transporte; AC - Auxílio Creche; AME - Auxílio Material de Ensino; AS - Auxílio Saúde; RU - Restaurante Universitário.

4.1.3 Comparação de políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste em 2018 e 2022

Na comparação entre os índices de 2018 e 2022 (Gráfico 3) foi possível perceber que a maioria das instituições do Nordeste perdeu algumas de suas políticas de permanência. As exceções foram a UFCA, UFERSA, UFRN, UFRPE, UNIVASF e a UFRB, que se mantiveram com o mesmo índice. Ainda, algumas poucas universidades conseguiram aumentar seu índice, como é o caso da UFPE, UFALMA, IFRM e IF-Sertão.

GRÁFICO 3 – Comparação de índices de políticas vigentes em universidades e Institutos Federais do Nordeste (2018 e 2022)



Fonte: Elaboração própria.

As instituições que apresentaram maior decréscimo em aplicação ou não de programas de permanência foram as Universidades Federais da região. Em 2018, a média de índices das universidades era de 0,84, enquanto que em 2022 passou a 0,73. Quanto aos Institutos Federais, a média era de 0,77 e passou a 0,68. Ambos os seguimentos, portanto, sofreram redução de políticas de permanência no período.

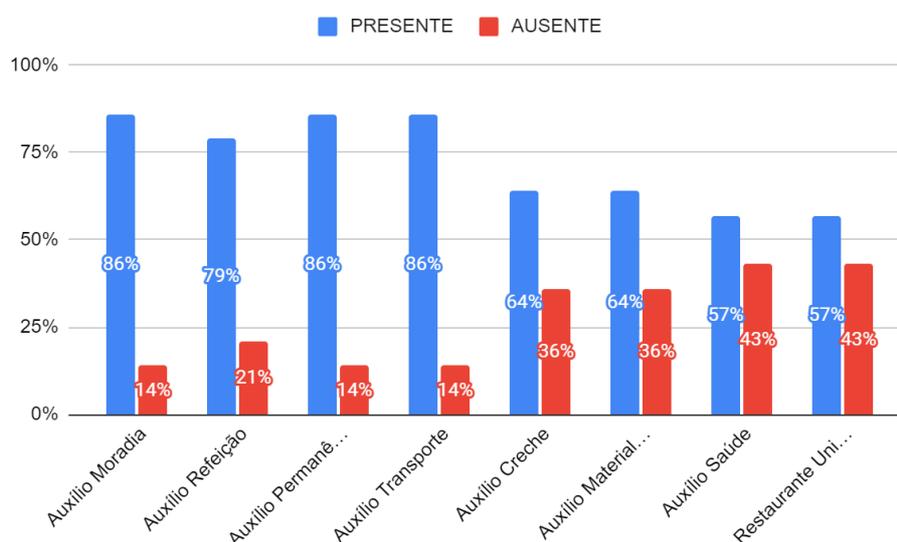
Os programas que tiveram maior redução no período analisado foram o Auxílio Transporte (reduzido em 6 instituições) e Auxílio Material de Ensino, retirado de 5 universidades. A seguir, temos Auxílio Refeição e Auxílio Permanência, retirados, cada um, de 4 IES.

4.2 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Sul

4.2.1 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Sul (2018)

Neste subtópico, apresentamos os dados acerca das políticas vigentes das universidades e Institutos Federais da região Sul do país. Em um primeiro momento, sobre a presença (ou ausência) das medidas nas universidades (Tab. 3), nota-se que os índices, no geral, são relativamente altos. No caso do Auxílio Transporte, 91% das universidades ofertam tal medida. Auxílio Moradia, Permanência e Refeição aparecem logo em seguida, com 82% de presença nas instituições, seguidos pelo Auxílio Creche e Restaurante Universitário, em 72% dos casos. Por fim, o Auxílio Material de Ensino e o Auxílio Saúde aparecem em 63% das avaliações.

GRÁFICO 4 – Percentual agregado de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Sul (2018)



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 apresenta os dados de cada instituição separados pelos estados. No Paraná, identifica-se que a UFPR se destaca positivamente oferecendo todas as medidas. A UTFPR, por sua

vez, não disponibiliza o Auxílio Creche. Enquanto isso, A UNILA deixa de oferecer apenas o Auxílio Transporte.

Em Santa Catarina, a UFSC não oferece somente o Auxílio Transporte e a UFFS não disponibiliza os auxílios Creche e Material de Ensino. O IFSC teve o índice mais baixo (0,25), disponibilizando apenas os auxílios moradia, refeição e transporte

Com o maior número de instituições, o Rio Grande do Sul possui muitas diferenças. A UFRGS, por exemplo, não oferece Auxílio Moradia e Refeição. A UNIPAMPA não possui programa destinados ao que tratamos como Auxílio Permanência, Auxílio Material de Ensino e Auxílio Saúde. A UFPel, por sua vez, também não disponibiliza Auxílio Permanência, Auxílio Saúde e Restaurante Universitário. Enquanto isso, a FURG não oferta apenas o Auxílio Moradia. A UFSM se destaca oferecendo todas as medidas investigadas. Por fim, a UFCSPA oferta poucas políticas, deixando de oferecer os auxílios Refeição, Creche, Auxílio Material de Ensino, Auxílio Saúde e Restaurante Universitário.

TABELA 3 – Índice de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Sul (2018)

| Estado (sigla) | Universidade | AM | AR | AP | AT | AC | AME | AS | RU | Índice |
|----------------|--------------|----|----|----|----|----|-----|----|----|--------|
| PR | UFPR | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UTFPR | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0,75 |
| | UNILA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0,75 |
| | IFPR | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0,62 |
| SC | UFSC | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,88 |
| | IFSC | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,25 |
| PR, SC, RS | UFFS | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| RS | UFRGS | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,75 |
| | UNIPAMPA | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,62 |
| | UFPel | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0,62 |
| | FURG | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,88 |
| | UFSM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UFCSPA | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,37 |
| | IFRS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0,88 |

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: AM - Auxílio Moradia; AR - Auxílio Refeição; AP - Auxílio Permanência; AT - Auxílio Transporte; AC - Auxílio Creche; AME - Auxílio Material de Ensino; AS - Auxílio Saúde; RU - Restaurante Universitário.

Em relação aos Institutos Federais, no que se trata do Auxílio Permanência, todos os 3 órgãos de ensino possuem tal medida, assim como o Auxílio Moradia. Além disso, os Auxílios Refeição,

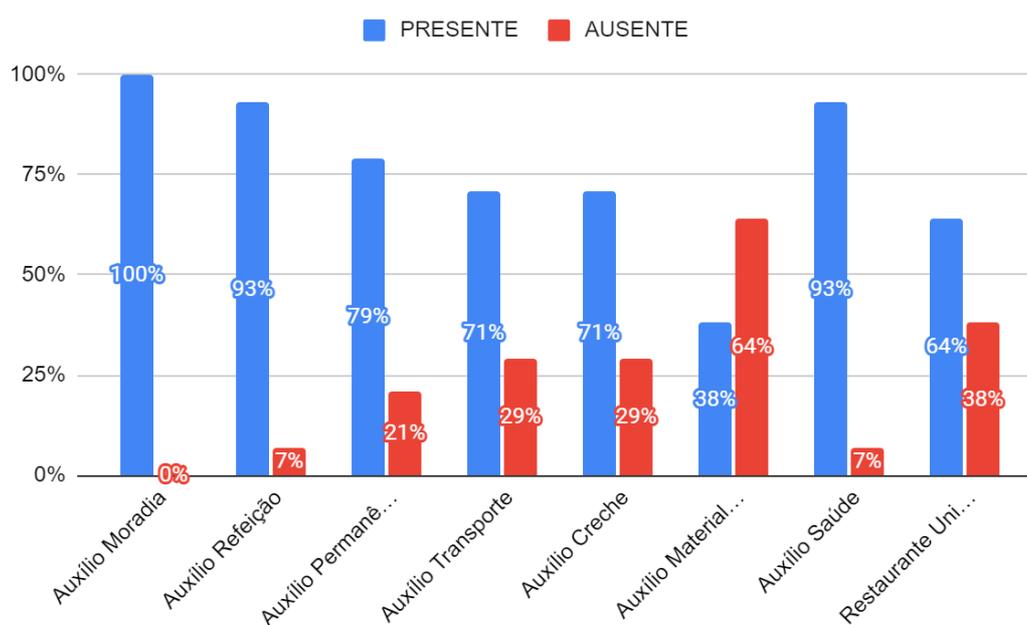
Transporte e Material de Ensino aparecem em 67% dos casos. Apenas 1 instituição oferece políticas para pais com crianças pequenas (Auxílio Creche) e, do mesmo modo, apenas um órgão de ensino disponibiliza Auxílio Saúde. Por fim, nenhum instituto federal possui Restaurante Universitário.

Dentre os 3 institutos analisados, o IFRS possui o melhor índice, deixando de oferecer somente Restaurante Universitário, assim como todas as outras instituições. O IFPR não oferece Auxílio Creche, Auxílio Material de Ensino e, novamente, Restaurante Universitário. Por fim, o IFSC não oferta Auxílio Permanência, Creche, Auxílio Material de Ensino, Saúde e Restaurante Universitário.

4.2.2 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Sul (2022)

Em 2022, destacam-se Auxílio Moradia, presente em todas as IES, seguido de Auxílio Saúde e Auxílio Refeição, em 93% das IES. Os programas menos frequentes foram Auxílio Material de Ensino, em apenas 38% das IES e Restaurante Universitário, em somente 64% delas.

GRÁFICO 5 – Percentual agregado de políticas vigentes em Universidades Federais e Institutos Federais do Sul (2022)



Fonte: Elaboração própria.

Na Tab. 4 estão evidenciados os índices de cada uma das IES do Sul, com destaque para a UFPR, a UFRGS e a UFSM, todas com índice perfeito (1,00). Por outro lado, UTFPR, UFCSPA e IFRS empatam com apenas 0,50 de índice.

TABELA 4 – Índice de políticas vigentes em Universidades Federais do Sul (2022)

| Estado (sigla) | Universidade | AM | AR | AP | AT | AC | AME | AS | RU | Índice |
|----------------|--------------|----|----|----|----|----|-----|----|----|--------|
| PR | UFPR | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UTFPR | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0,50 |
| | UNILA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0,75 |
| SC | IFPR | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0,75 |
| | UFSC | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| PR, SC, RS | IFSC | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0,63 |
| | UFFS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,88 |
| RS | UFRGS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UNIPAMPA | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 |
| | UFPeI | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | FURG | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,63 |
| | UFSM | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 |
| | UFCSPA | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,50 |
| | IFRS | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0,50 |

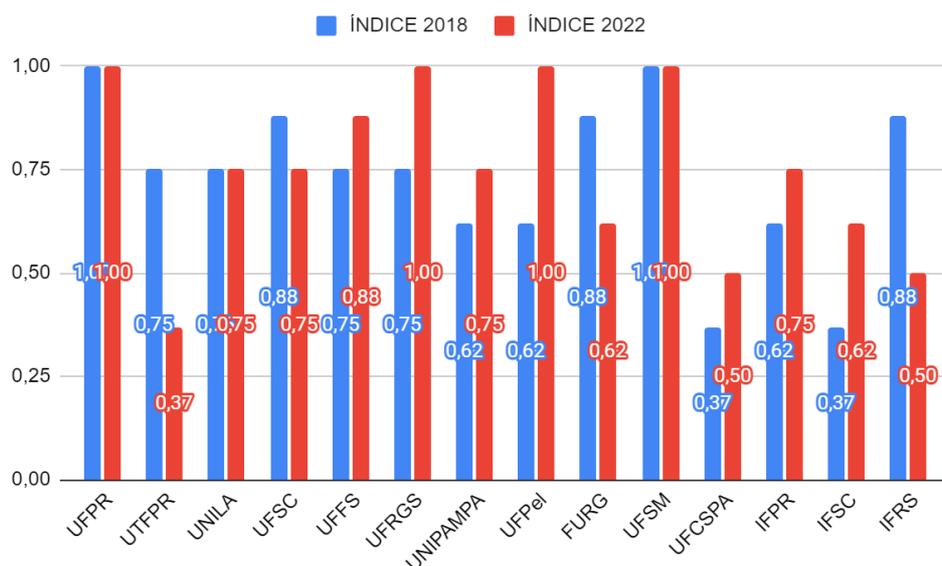
Fonte: Elaboração própria.

Legenda: AM - Auxílio Moradia; AR - Auxílio Refeição; AP - Auxílio Permanência; AT - Auxílio Transporte; AC - Auxílio Creche; AME - Auxílio Material de Ensino; AS - Auxílio Saúde; RU - Restaurante Universitário.

4.2.3 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Sul (2018 e 2022)

Comparando os resultados de 2018 e 2022, o Gráfico 6 demonstra a queda acentuada do índice em algumas IES: UTFPR, partindo de 0,75 a 0,37; o IFRS, com 0,88, depois 0,50; e a UFSC, com 0,88 e depois 0,75. UFPR e UFSM se mantiveram com o índice perfeito (1,00) e UFRGS e UFPeI atingiram o índice em 2022. UFFS, UNIPAMP, UFSCSPA, IFPR e IFSC apresentaram crescimento no período.

GRÁFICO 6 – Comparação de índices de políticas vigentes em universidades e Institutos Federais do Sul (2018 e 2022)



Fonte: Elaboração própria.

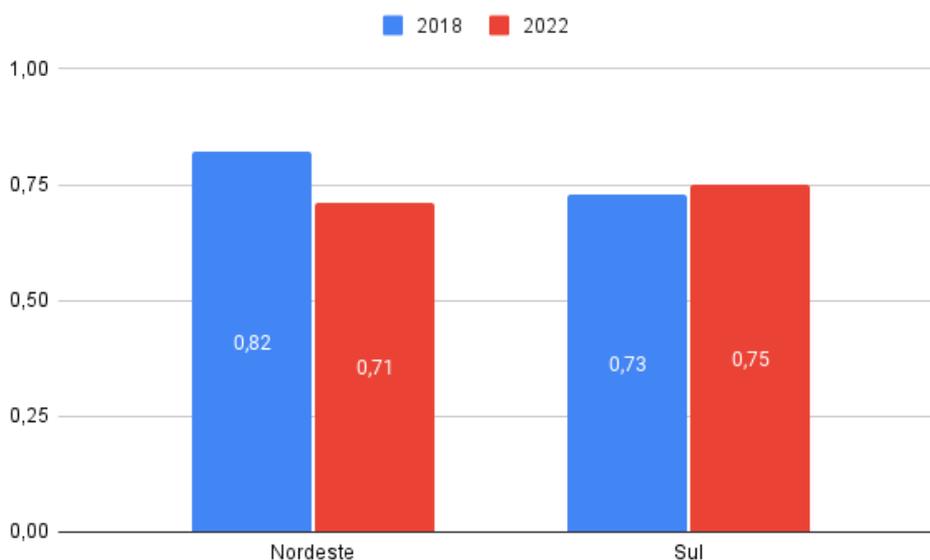
As instituições que apresentaram maior decréscimo em aplicação ou não de programas de permanência foram os Institutos Federais da região. Em 2018, a média de índices dos Institutos era de 0,62, enquanto em 2022 passou a 0,46. Quanto às Universidades Federais, a média era de 0,76 e teve leve aumento para a 0,78.

Os programas que tiveram maior redução no período analisado foram o Auxílio Material de Ensino (reduzido em 4 instituições) e o Auxílio Transporte, retirado de 4 universidades. O Auxílio Permanência se manteve em todas as IES do Sul analisadas.

4.3 Políticas vigentes nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste e Sul do país em 2018 e 2022

Com base no exposto no Gráfico 7 notamos como as regiões da análise apresentam comportamentos diferentes no período analisado em relação aos Institutos Federais e Universidades Federais. Enquanto o Nordeste tem uma queda significativa na sua atuação, o Sul não apenas se mantém como apresenta um sutil crescimento quanto aos auxílios oferecidos no período.

GRÁFICO 7 - Comparação dos índices de políticas vigentes nas Universidades Federais e Institutos Federais das regiões Nordeste e Sul nos anos de 2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria.

Quando focamos no Nordeste, uma redução fica evidente. Em partes, isso pode ser explicado pelos efeitos da pandemia que tornou auxílios como o de transporte desnecessário. Mas o impacto dos cortes na verba da educação também tem importância nessa explicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a percepção de quais medidas são mais privilegiadas em cada região e em cada instituição de ensino assim como rastreou as mudanças ao longo de um período atípico da história.

Por um lado, universidades nordestinas possuem unanimidade no oferecimento de auxílios para a permanência estudantil (levando em conta os parâmetros aqui estabelecidos), as instituições Sulistas privilegiam mecanismos que facilitem o transporte dos estudantes universitários. Por sua vez, os Institutos Federais das duas regiões dedicam bastante atenção a auxílios que visem atender as necessidades de moradia e refeição dos discentes, além do transporte dos mesmos, no caso dos institutos do Sul do país. Entretanto, boa parte das instituições destacam-se negativamente pela ausência significativa de benefícios que visem atender as necessidades de pais com crianças pequenas (Auxílio Creche) e ao acesso a material de ensino de alto custo. No entanto, deve-se levar em conta que é de se esperar que cada instituição dê prioridade às necessidades mais imediatas de seu alunato, privilegiando determinadas políticas de acordo com sua realidade.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às variações sofridas ao longo do período analisado. Em 2018, no fim do governo Temer as necessidades e distribuições eram diferentes das que se configuraram no período pós-pandemia já no ano final do governo Bolsonaro. Enquanto inicialmente, recursos para o transporte dos alunos eram essenciais, a pandemia tirou essa necessidade. Mas criou outras como a disponibilidade de materiais eletrônicos, o que essa pesquisa não pode registrar.

REFERÊNCIAS

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. (2010). Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. *Revista Vertentes*, São João del-Rei, v. 19, n. 2.

COSTA, Simone G. (2010). *A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GISI, Maria Lourdes. (2004) Políticas educacionais para a educação superior: acesso, permanência e formação. *Revista Diálogo Educacional*, v. 4, n. 11, p. 1-10, jan./abr.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. (2012). Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 263-281, ago.

RISTOFF, Dilvo. (2014). O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov.

SILVEIRA, Míriam Moreira. (2012). *A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das Universidades Federais brasileiras*. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

ZAGO, Nadir. (2006) Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 226-237.